

A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão

Juciene Ricarte Apolinário

Resumo: Ao ser arrolada a documentação colonial encerrada no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa - Portugal, das capitanias de Goiás e Piauí, visualizaram-se as práticas da política indigenista e de resistência do povo Akroá como processos políticos dinâmicos, formados pela interação de atores coloniais, índios e não-índios. No presente trabalho utilizaram-se os nortes histórico-antropológicos, na tentativa de se contribuir para as novas interpretações da história dos povos indígenas em contato com os colonizadores no período que corresponde ao século XVIII.

Palavras-chave: política indigenista; resistência indígena; povo Akroá.

Abstract: On making an inventory of the colonial documentation contained in the Overseas Historical Archive, Lisbon - Portugal, from the Capitaincies of Goiás and Piauí, the practices of policies towards indigenous peoples and the resistance of the Akroá people as dynamic political processes were evident, formed by the interaction of colonial actors, Indians and non-Indians. In the work in hand historical-anthropological bearings were used in the attempt to contribute to new interpretations of the history of indigenous peoples in contact with the colonizers in the period corresponding to the 18th Century.

Key-words: policies towards indigenous peoples; indigenous resistance; the Akroá people.

Professora da Universidade Federal do Tocantins, mestre e doutoranda em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco. Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da CAPES.

Introdução

A historiografia brasileira vem, nos últimos anos, despertando para a questão indígena, abrindo discussões críticas, construindo novas concepções que revisaram e revisam os planos teórico-metodológicos tradicionais acerca da história indígena.

Durante muito tempo alguns historiadores não aceitavam a idéia de que os índios tivessem o seu universo político. Especialmente no final do século XIX, a historiografia tradicional visualizava o índio como o bom selvagem, sem história, sem memória e sem formas de organização política (Novaes, 1999, p. 11). As concepções teóricas do político estavam fincadas nos valores da cultura ocidental. As práticas políticas indígenas nunca deixaram de existir, através das diferentes reações dos grupos indígenas às ações dos não-índios. Como enfatiza Manuela Carneiro da Cunha (1992),

... não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbrava algo do que foi a política indígena [...] A percepção de uma política e de uma consciência histórica em que os índios são sujeitos e não apenas vítimas, só é nova eventualmente para nós. Para os índios ela parece ser costumeira...

Destarte, pretende-se nesse trabalho abordar uma questão crucial relativa à historiografia acerca da história indígena, que são as ações de resistência criadas pelos índios ao lidar com a sociedade envolvente. A análise da resistência indígena possibilita a resignificação da história desses povos, identificando as suas ações conscientes, enquanto sujeitos históricos.

A resistência é um contraponto às abordagens estruturalistas e globalizantes em que os índios são representados como inermes diante dos projetos sócio-econômicos externos. Ao se revisitar as fontes documentais que tratam da história dos índios, depara-se com reações políticas indígenas. São atitudes recalcitrantes, colaboração, acomodação, guerras e rebeliões (Monteiro, 1999, p. 238).

John Manuel Monteiro (1999), ao tratar do que ele denominou de "Historiadores dos Índios", elucida que não é tarefa fácil identificar, documentar e interpretar os eventos, processos e percepções que envolveram as populações indígenas, haja vista a documentação tratar, em sua maioria, das visões dos colonizadores. "Até mesmo algumas posturas historiográficas desqualificam os índios enquanto atores sociais legítimos".

Concorda-se com o pensamento de Monteiro, pois se compreende que repensar a resistência é reavaliar as relações sociais que os diferentes atores nativos criaram a partir do pós-contato, contemplando não só as imagens de bravura e ferocidade indígena, mas também de opções políticas de “colaboração ou acomodação”, como estratégias de sobrevivência na sociedade colonial.

O historiador, ao entrar em contato com a documentação, não deve carregar consigo um filtro teórico-metodológico que o impeça de visualizar, nas entrelinhas, os espaços intermediários das práticas políticas indígenas por onde passa a “resistência” (Monteiro, 1999, p. 239). Revisitar e repensar as formas de resistência indígena na História do Brasil colônia, enquanto prática política, é não aceitar as afirmações historiográficas simplistas apenas de “assimilação”, “desaparecimento” e “extinção”.

Silvia Porto Alegre retoma a temática do “desaparecimento” na historiografia que trata das questões indígenas e assevera que este argumento traz consigo o sentido de desorganização dos índios. Destarte, as práticas políticas indígenas são silenciadas na historiografia e desaparecer significa deixar de ser visto, perder visibilidade. Por outro lado, tratar da resistência mostra que cada grupo indígena tinha um caráter étnico de posicionamento frente ao não-índio. A discussão do caráter político dos processos de afirmação étnica condiciona a visualizá-la enquanto organização política. O recorte da etnicidade entendido como fenômeno político é importante porque revela que as práticas políticas colonizadoras não conseguiram anular as culturas indígenas (Alegre, 1998, p. 24).

Primeiros conflitos entre os Akroá e colonizadores nas fronteiras do sertão

Inicialmente é feito um recorte ao estudar a história dos Akroá nas fronteiras do sertão, privilegiando as áreas do sul do Piauí e o então norte de Goiás entre o final do século XVII até 1745. Munido deste norte, é possível acompanhar os deslocamentos dos Akroá nesse período, permitindo vislumbrar a sua localização espacial e visualizar a plasticidade das suas ações de resistência.

Nessa região, ora citada, mergulhar-se-á em uma história de conflitos e guerras. Mas antes de conhecermos as consequências dos contatos entre índios e não-índios, é preciso focar alguns elementos constitutivos da dinâmica interna da cultura dos Akroá. Esta compreensão pode explicar as práticas políticas desse grupo indígena, suas ações de

resistência e, mais especificamente, o sentido de vingança e de guerra para esse povo. São aspectos que revelam as afirmações da identidade étnica, assim como a dinâmica cultural desenvolvido no pós-contato com as frentes colonizadoras. Neste sentido, estes elementos, "...ajudam a explicar não apenas as bases históricas sobre os quais os padrões de resistência e adaptação indígena repousavam, como também os meios pelos quais a dominação portuguesa foi possível" (Monteiro, 1994, p. 22).

Os Akroá faziam parte da família Jê e a língua que esse povo falava era a Akuen. No norte da capitania de Goiás do século XVIII, encontravam-se nas margens dos rios Sono, Manuel Alves, Palma e ribeiras do Paranã, todos à direita do rio Tocantins. No Piauí os Akroá foram contactados na região do Pernaguá nas margens do rio Gurguéia e no sertão de Gibués.

Os primeiros conflitos interétnicos entre Akroá e colonizadores ocorrem na região do sul do Piauí nas últimas décadas do século XVII. É nesse período que finda a guerra dos portugueses com os holandeses no nordeste do Brasil. A partir de então se intensificam as frentes de expansão da pecuária pelo sertão nordestino. A economia criatória que se forma no sertão era extensiva, pois "...a condição fundamental da sua existência e expansão eram a disponibilidade de terras. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior, cruzando o São Francisco e alcançando o Tocantins..." (Furtado, 1991, p. 58). A principal frente de crescimento das fazendas de gado veio da Bahia, se estendendo para o norte atingindo o sul do Piauí.

As invasões de grandes extensões de terras e as implantações de fazendas criatórias provocaram a eclosão de contínuas revoltas e guerras dos índios contra os colonizadores, causando um mar de violência promovido por índios e não-índios ao serem destruídas aldeias, fazendas e vilas (Barros, 1997, p. 62).

Esses eventos conflitantes no processo de conquista do sertão nordestino pelos pecuaristas, contrapondo-se as reações de diversos grupos indígenas à invasão, defesa e vingança dos seus mortos, foi denominado pelos não-índios de "Guerra dos Bárbaros". Maria Idalina da Cruz Pires assevera que "...na prática o relacionamento entre Tapuia e os portugueses foi constituído na base dessa imagem de forma que o termo "Guerra dos Bárbaros" não apenas exprime a noção de valentia que estes índios resistiam às incursões portuguesas, mas transmitiu a idéia de que sua "primitividade", sua não submissão ao colonizador justificaria seu extermínio" (Pires, 1990, p. 29).

Na região do sul do Piauí localizavam-se, entre outros povos indígenas, os Akroá e estes eram reconhecidos como “gentios do corso” por usarem a estratégia do contínuo deslocamento para não serem contactados e devido aos ataques inesperados a sociedade colonial envolvente¹. Percebendo a força da sua resistência e organização política, em 1698 o governador do Estado do Brasil, D. João de Alencastre, ordena a fundação dos povoamentos de Pernaguá, Santa Rita e São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, objetivando que os seus moradores combatessem as guerras e invasões praticadas pelos Akroá (Medeiros, 2000, p. 16).

Os fazendeiros que invadiam as terras indígenas do sul do Piauí, eram na sua maioria sertanistas baianos ligados a uma das famílias do nordeste detentora de grandes extensões de terras, especialmente em Pernambuco e na Bahia. “O maior latifúndio era o de Garcia D’Ávila, protegido de Tomé de Souza que possuía 1.620 quilômetros de testada na margem pernambucana do rio São Francisco, mais 480 quilômetros, 180 léguas entre o São Francisco e o Parnaíba” (Lima, 1995, p. 49). Um dos rendeiros dos Ávila no Piauí foi o português Domingos Afonso Manfrese, chegando a possuir trinta e cinco fazendas de gado no sertão piauiense terminando por criar uma província.

Percebendo a impossibilidade de conviver continuamente em um ambiente de guerra, os colonizadores procuravam forjar a todo custo a “paz” com os grupos indígenas, principalmente os Akroá. Esta política de “paz” do colonizador era construída baseada em uma mentalidade ocidental em que o “outro” era um “caos cultural” sem fé, sem lei e sem rei (Vainfas, 1994, p. 28). Mas esta política indigenista de conotações racialistas² é percebida pelos Akroá que utilizam as suas práticas políticas para responder à violência dos não-índios.

Com o crescimento das fazendas criatórias no nordeste brasileiro do final do século XVII, alguns grupos Akroá que viviam às margens das ribeiras no sul do Piauí, tiveram que migrar forçosamente para outros ambientes naturais, principalmente as margens dos rios do norte da capitania de Goiás.

No ano de 1697, os moradores do sertão do então Rio Grande do Sul pertencente à capitania de Pernambuco, afluente da margem esquerda do São Francisco, ao procurar novas terras para a implantação de fazendas criatórias, intentaram conquistar os Akroá-Assú³, que povoavam uma região ao norte das minas de Goiás, nomeada pelos colonizadores de Terras Novas. Houve sangrentos conflitos nessa região, mas os Akroá-Assú não abandonaram as suas terras, pelo contrário, expulsa-

ram os invasores pecuaristas e estes só conseguiram implantar uma única fazenda chamada Sobrado. Esta última, não resistiu por muito tempo aos contínuos assaltos dos Akroá. Obrigados a se retirarem os colonizadores abandonaram os seus gados para preservar suas vidas (Bertran, 1996, p. 91).

Passados alguns anos, o coronel Garcia D'Ávila Pereira enviou ao sertão do norte goiano cerca de 400 homens munidos de armas de fogo para enfrentarem os já mitificados Akroá, no entanto, não conseguiram vencê-los e a conquista dessas terras só se deu, novamente, até a fazenda Sobrado. Não demorou muito e em 1708, estrategicamente, os Akroá retomam essas terras (Bertran, 1996, p. 91).

Em 1730 os colonizadores voltaram a essa região, liderados por Manuel da Costa Madureira, que formou uma campanha trazendo gado de Pernambuco. Os Akroá utilizam-se da sua tradicional tática de guerra através de contínuos assaltos. Os conflitos duram dois anos, mas os Akroá acabam vencidos, abandonando a região, ficando o espaço livre para a soltura dos animais que vieram de Pernambuco e os que vinham do Piauí⁴.

Os moradores das Terras Novas não contentes com a tomada das terras dos Akroá, seguem pelo rio Palma abaixo e assentam novo acampamento na antiga fazenda Sobrado. Depois continuaram pela ribeira do Paranã acima, invadindo as terras indígenas que lá estavam com as suas aldeias no norte de Goiás, tomando-as e implantando novas fazendas de gado (Bertran, 1996, p. 92).

Em 16 de abril de 1739 a Coroa portuguesa ordena a organização de expedições de guerras para enfrentar os índios Gueguê e Akroá, incansáveis defensores de suas terras e de suas formas de vida na capitania do Piauí. O Conselho Ultramarino descreve as ações desses grupos indígenas com irritação, pois não acreditava que os vassalos de El Rei não tivessem ainda conseguido, concretamente, conquistá-los e informa que "...não tem sido bastante para exterminar ou reduzir estas nações por ser gentio de corso que não habita em lugar certo..."⁵.

A alegoria das relações interétnicas entre índios e colonizadores era complexa para ambos. Para os portugueses o modo de vida indígena era incompreensível e para os colonos que conviviam com o medo do "outro", a forma de descrevê-lo era utilizando os seus conceitos e preconceitos construídos pelas experiências do passado.

Os constantes enfrentamentos dos Akroá com os fazendeiros do Piauí, lhes obrigaram a buscar outras regiões que lhes dessem condições

de sobrevivência. Sendo assim, passam a excursionar o sertão do norte goiano com mais frequência, especialmente as ribeiras dos rios afluentes do Tocantins. Daí começam novos conflitos, pois os não-índios já tinham se apossado das chamadas terras minerais, em nome da Coroa portuguesa. Eram terras de descobertos auríferos, meninas dos olhos de El Rei, vigiada para que nem seus súditos se atrevessem a roubar-lhe aquilo que era a esperança de abarrotamento dos seus cofres⁶.

Os Akroá tiveram que enfrentar não só a força dos homens com formas de sobrevivência estranhas às suas, mas os desejos destes e o imaginário de El Dourado, ou seja, do enriquecimento rápido. Não imaginavam os Akroá, que a sua presença em terras minerais tornara um grande entrave aos objetivos dos moradores nortistas, que diante da instabilidade dos seus veios auríferos precisavam mudar-se de um lugar ao outro como que empurrados pelo vento em busca do precioso metal (Apolinário, 2000, p. 37).

Nos anos de 1740 e 1741, os Akroá viram-se novamente acuados pelos colonizadores e fizeram diversas incursões às povoações de Natividade, Remédios, Ribeira do Paranã e Terras Novas, esta última era quem abastecia de carne bovina as populações dos arraiais mineradores. Nos seus assaltos os Akroá matam senhores e escravos e nas suas retiradas queimaram roças e levaram para as suas habitações algumas cabeças de gado⁷.

Inflamados com as ações violentas dos Akroá, os moradores do norte de Goiás reivindicaram da administração colonial de Goiás, medidas enérgicas para contê-los. Para este fim a Coroa portuguesa, em provisão de 23 de maio de 1744, aprova a guerra ofensiva contra os Akroá e os Kaiapó que invadiram os arraiais mineradores do sul da capitania de Goiás. D. João V inicia o seu discurso justificando a possibilidade de extermínio dos índios devido a sua “ferocidade” e ao mesmo tempo aconselha que,

É preciso reduzi-lo a paz acariciando e dando-lhe a perceber por meios suaves que posta a antiga ferocidade e se acomodarem a viver doméstica e mansamente se lhe guardará justa e será tratado com humanidade e sem ofensa de suas pessoas e liberdades [...] se prosseguir esses gentios nos seus insultos inquietando-os moradores e impossibilitando-lhes a sua subsistência e conservação nas minas, neste caso, vos apliquem e procurares a dita paz, fazendo-lhe guerra...⁸.

No final da citada Provisão, é ordenado que os índios apresados pela guerra, sejam feitos cativos retirando-se o quinto para a Fazenda Real.

Num primeiro momento o discurso supracitado dá sentido de que a guerra representa instrumento de punição/castigo. Devia castigar os recalcitrantes, fora da Lei do Estado português. E para representar as ações indígenas é evocada a imagem de homens/bichos que deveriam ter as suas ferocidades domesticadas e amansadas. Sim, pois aqueles “estranhos seres” se não aderissem às leis, regras, normas e interesses colonizadores, não garantiriam a sobrevivência diante dos vassallos de El Rei e membros da Madre Igreja. Mas no processo de colonização do continente americano os sentimentos cristãos, que se diziam misericordiosos, perdiam espaço, em grande medida, para os interesses mercantilistas.

É emblemático, como os colonizadores usavam indiscriminadamente, numa mesma formação discursiva, os termos “paz” e “guerra”. A paz deveria existir a qualquer custo, não importando se conquistada por meio da desagregação, extermínio e escravização do “outro” (Barros, 1997, p. 47).

O sentido de “paz” poderia ser tranquilamente metamorfoseado no processo de contato interétnico entre índios e não-índios. Esta era forjada nos antagonismos de interesses de grupos humanos completamente diferentes (Barros, 1997, p. 47).

Em uma consulta do Conselho Ultramarino de 29 de abril de 1744, sobre a guerra que o governador e capitão-general de São Paulo, mandou fazer contra os Akroá “...para os extinguir ou afugentar”, um dos conselheiros dá o seu parecer justificando as mortes, roubos de gados entre outras ações indígenas consideradas pelos colonizadores crimes hediondos, diz que,

... se inferem fazerem-no é com medo dos brancos e escandalizados das agressões, que lhe foram ao menos de os espoliarem os novos descobridores que foram furtando das aldeias muitas índias e também alguns índios, com que os mais se desgostaram e se meteram no sertão e para onde contariam aos outros o mal trato que tinham recebido dos nossos moradores, com que fogem da sua comunicação e se não deixam domesticar [...] muitos moradores trazem o gentio injustamente ao seu serviço e a ferocidade deles é devido aos maus tratos e desumanidade dos moradores que os querem extinguir.⁹

O discurso do Conselheiro do Conselho Ultramarino aparenta “sentimentos humanitários”, especialmente de “compaixão” da realidade indígena diante das atrocidades daqueles que espoliaram as terras e habitações dos Akroá, roubando homens e mulheres que normalmente eram escravizados para trabalharem nas fazendas e povoados mineradores. Mas fica patente que para o não-índio a reação indígena origina-se no medo.

Para um português que apenas imaginava o índio Akroá pelos relatos que lhes eram repassados através de cartas, ofícios e requerimentos, e a dificuldade que os europeus sempre tiveram de lidar com grupos humanos diferentes, pensar que as ações desses índios poderiam ser originárias das suas políticas indígenas era para a época no mínimo insensatez.

O discurso colonial referente aos índios que tende sempre a reafirmar os termos “domesticar” e “ferocidade” é um clichê que traduz a estranheza do grupo do “nós” em relação ao “outro” (Todorov, 1999, p. 83). Um outro que terminava por ser representado como um “bicho feroz” que precisava ser domado pela “força” e pela “fé”.

Os moradores dos arraiais de Natividade, Arraias, Paranã e Terras Novas não tinham interesses em manter relações afáveis com os Akroá. A sua extinção seria a saída mais simples e cômoda. Tratando desta questão o então capitão-general da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, expõe as dificuldades em negociar os interesses divergentes acerca do trato com os índios, especialmente no tocante aos moradores dos arraiais mineradores:

O modo de evitar essas desordens eu não conheço, porque não há providência tão poderosa que os contenha e passar a castigá-las, seria fazer uma revolução nos ânimos dos moradores, que se persuadem que matar índios está longe de ser homicídio, que o julgam um ato de virtude, não bastando tantas ordens de Sua Majestade ao contrário das quais eles fazem bem pouco caso, e não menos das minhas recomendações.¹⁰

O comentário supracitado revela um pouco da mentalidade etnocêntrica dos não-índios domiciliados nos arraiais mineradores. Não viam no assassinato de índios, ações ilegais mas sim virtuosas, pois consideram os povos indígenas ferozes, hostis e selvagens, sendo que matá-los era o mesmo que “desinfetar” as terras minerais¹¹. No olhar das elites representadas, especialmente, pelos mineradores e proprietários de fazendas criatórias, não admitiam a insubordinação dos índios, haja vista que esta representava ameaça às suas posses.

Em 1744 os Akroá fazem várias incursões às regiões das minas do norte de Goiás, invadindo os arraiais e as fazendas circunvizinhas, retirando destas últimas algumas cabeças de gado para a subsistência da sua gente¹². Sim, pois os índios habituados à caça, recorriam ao gado solto naquela região de cerrado, pois não possuíam concepção de direito, semelhante a dos colonizadores. Era uma opção de alimento que deveria ser apanhado para usufruto grupal (Pires, 1990, p. 64).

Diante das práticas indígenas consideradas ilegais, o governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas cede as pressões dos moradores do norte de Goiás, manda organizar uma bandeira para combater os Akroá, formada no arraial de Arraias. A bandeira é composta por homens considerados experientes. Logo são abastecidos com munições e víveres para a jornada que pretendiam fazer rumo às habitações daqueles índios¹³.

A bandeira penetra no cerrado e se depara com um grupo de Akroá, aproxima-se lentamente para não chamar a atenção, e, de imediato, o cerca. Para espanto dos não-índios, os Akroá não expressaram nenhuma reação de temor. Pelo contrário reagiram pacificamente, oferecendo a “paz” aos colonizadores. Para selar a paz com a bandeira deram-lhes “...batatas e algumas frutas das suas roças aos brancos e recebeu deste algumas vacas e outros trastes e dera mostras de estarem muito contentes com a paz”¹⁴.

A reação dos Akroá, descrita acima, revela mais uma prática de resistência indígena, em que a paz que tanto era utilizada como mecanismo de conquista dos não-índios, passa a ser utilizada por este grupo étnico como estratégia para livrar-se das investidas deletérias dos colonizadores. Não demorou muito e os índios, que simularam a “paz” com a dita bandeira, tomaram novamente de assalto os arraiais mineradores. Entre 1741 e 1745 foram várias as bandeiras expedidas para deter os Akroá sem nenhum sucesso, pois estes se utilizavam das suas estratégias de guerra.

Conclusão

O principal elemento da cultura Akroá identificado nos documentos setecentistas é a ação contínua de guerra. Guerrear para os Akroá poderia ter uma conotação não só de defesa territorial, mas de caráter cultural de “vingança”. O antropólogo Odair Giralдин informa que a vingança entre os Tupinambá, era interminável diante dos inimigos e entre os Jê a relação com uma sociedade inimiga necessitava de medidas conclusivas, “...o que nos importa reter dessa discussão é que há entre as sociedades Jê, este processo de vingança como uma forma de compensar mortes e perdas dos seus parentes acarretadas pelos conflitos com os seus inimigos” (Giralдин, 1997, p. 51).

É emblemático que a plasticidade da política de resistência dos Akroá poderia definir inimigos tradicionais e delimitar os novos reafir-

mando, continuamente, a cosmologia dos heróis e guerreiros e dimensionando os seus papéis históricos a partir dos eventos conflituosos ocorridos nas fronteiras do sul do Piauí e do norte da capitania de Goiás. Tomando de empréstimo as palavras de Marshal Sahlins (1994), "...os homens em seus projetos práticos em seus arranjos sociais, informados dos significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos".

Por traz dos Akroá inventados pelo discurso colonizador, verificaram-se as suas práticas enquanto etnia indígena que conduzia as ações políticas optando por estar nessa ou naquela localidade, praticando ou sofrendo determinada reação dos não-índios e estabelecendo comportamentos de "pacificação" e de conflito com a sociedade envolvente.

Notas:

¹ Diversas vezes os Akroá são denominados na documentação compulsada de "gentio do corso" que era uma imagem náutica utilizada nos períodos frenéticos das grandes navegações, para definir os navegadores que atacavam os navios mercantes, estes eram considerados piratas e que não habitavam em lugares fixos.

² O jogo da diferença entre índios e não-índios resultou nas construções de sentido que emergiram, num processo de comparações, classificação e ordenação, respaldados na chamada doutrina racialista. Esta última, conduzia as práticas discursivas dos colonizadores de estranheza frente as culturas consideradas diferentes. O racismo nasce na Europa Ocidental, enquanto idéia que surge em meados do século XVIII. Ver: Todorov, 1993, p. 107.

³ Nos documentos das capitanias de Goiás e Piauí, encontram-se referências a dois grupos Akroá, os Akroá-Assú e os Akroá-Mirin. Esses últimos são considerados subgrupos do primeiro. Ver: Pedroso, 1994, p. 22.

⁴ Carta do governador e capitão-general da capitania de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V. 28 de fevereiro de 1741, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa-Portugal. Documentos Avulsos.

⁵ Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. João V. 1745, julho, 24, Lisboa. AHU-Cx. 4, Doc. 235.

⁶ Carta do governador e capitão general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João. AHU_ACL_CE 008, Cx. 2, D. 101.

⁷ Parecer do Conselho Ultramarino, 1744, abril, 29. Lisboa. AHU_ACL_CU 008, Cx. 3, D. 237.

⁸ Provisão (anexo) de D. João V. 1744, março, 23. Lisboa. AHU_AC_CU 008, Cx. 3, D. 252

⁹ Conselho Ultramarino. Op. Ci. AHU_ACL_CU 008, CX. 3, D. 237.

¹⁰ Carta do capitão-general da capitania de Goiás ao rei, em 13 de janeiro de 1751. Documentos Avulsos da capitania de Goiás. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa - Portugal.

¹¹ Carta do ouvidor-geral das Minas de Goiás, Manuel Antunes da Fonseca, ao rei

[D. João V], 1745, setembro, Vila Boa. Sobre a resolução que tomou para se fazer guerra contra os índios que “infestam” as Minas de Goiás. AHU. Documentos Avulsos. Lisboa – Portugal.

¹² Carta do governador e capitão-general de São Paulo, D. Luís de Mascarenhas, ao rei D. João V. 1744, agosto, 22. AHU_ACL_CU 008, Cx 3, D. 252.

¹³ Carta. Op. Cit. AHU_ACL_CU 008. Cx. 3, D. 252.

¹⁴ Carta. Op. Cit. AHU_ACL_CU 008. Cx. 3, D. 252.

Referências bibliográficas

APOLINÁRIO, Juciene. *Escravidão negra no Tocantins Colonial: vivências escravistas em Arraias, 1739-1800*. Goiânia: Kelps, 2000.

BARROS, Paulo Sérgio. *Confrontos invisíveis: colonialismo e resistência indígena no Ceará*. 1997. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação, Universidade Federal de Pernambuco.

BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da capitania de Goiás*. Goiânia: UCG; Brasília: Solos Editores, 1996.

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1991.

GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: uma luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Ricardo Pinto. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e Armadilhas: história e resistência dos índios. In: ALEGRE, Sylvia. Rompendo o silêncio por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. In: *ETHNOS. Revista Brasileira de Etnohistória*, Recife: UFPE, ano II, n. 2, 1998.

_____. *Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NOVAES, Adauto. *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

PEDROSO, Dulce Madalena Ramos. *O povo invisível: a história dos Avá-Canoeiro nos séculos XVIII e XIX*. Goiânia: UCG, 1994.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. *Guerra dos bárbaros: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial*. Recife: FUNDARPE, 1990.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.